

POLÍTICA DE COTAS NA UEPG

AFFIRMATIVE POLICIES IN THE UEPG

Luis Fernando Cerri

Universidade Estadual de Ponta Grossa

lfcronos@yahoo.com.br

Sabrina Plá

Universidade Estadual de Ponta Grossa

sabrinapla@gmail.com

Resumo: A democracia racial no Brasil é um conceito em descrédito - consolidado na academia e crescente nas políticas públicas - entretanto, ainda é um argumento importante no debate do grande público. Nesse contexto, as políticas afirmativas sob a forma de reserva de vagas para negros e alunos oriundos de escolas públicas tem sido um fato novo no quadro da inclusão racial e social. A Universidade Estadual de Ponta Grossa foi a terceira instituição estadual de ensino superior do Paraná a implementar essas políticas, a partir de 2006. Esse texto apresenta a implementação das políticas afirmativas na UEPG a partir de seus dados documentais, bem como ensaia o estudo do desempenho acadêmico dos cotistas negros no primeiro ano de vestibular com cotas, sustentado na análise dos dados estatísticos produzidos pela Comissão Permanente de Seleção (CPS). Conclui-se com a análise dos dados iniciais referentes à eficácia do sistema em produzir seus efeitos esperados, quais sejam, a viabilização ou ampliação do acesso à Universidade por parte de uma minoria étnica regional no Sul do país, os negros, e de uma maioria estatística, os alunos concluintes do ensino básico público, que entretanto ainda permanecem como minoria dos que logram ingresso na UEPG.

Palavras chaves: Política de Cotas nas Universidades, Vestibular da UEPG, Desempenho Acadêmico dos Cotistas.

Abstract: The Brazilian Racial Democracy is a discredited concept; this discredit is consolidated at the Academy and is growing up at the policies, meanwhile is a important argument at the public debate. In this context, the affirmative policies under the form of vacancies reservation to black students and students from public schools has been the new fact in the frame of racial and social inclusion. The Ponta Grossa State University was the third state institution of superior education at Paraná on applying these policies, since 2006. This paper presents the applying of affirmative policies in the UEPG from its documental *data*, as essays the study of academic performance of black students beneficiary of it at the first year of the admission examination (vestibular) of UEPG, supported in the analysis of statistic *data* generated

by the Comissão Permanente de Seleção (CPS). We conclude with the analysis of initial *data* referring to the efficacy of the system on producing its expected effects, that are to make possible or increase the access to University by an regional ethnical minority in the South of Brazil, the black ones, and by an static majority, the students who conclude the public basic education, that, in the meantime, stay as the minority of the ones who can join the UEPG.

Key words: Affirmative policies at universities, UEPG's admission examination, Academic performance of the cotistas.

As desigualdades sofridas pela população negra no processo de escolarização vêm sendo denunciadas por vários estudiosos e movimentos sociais. Desta maneira, não é mais possível negar que o sistema educacional brasileiro é excludente e discriminatório. Assim sendo, as relações que se dão no espaço escolar estão ligadas aos códigos, valores e condutas sociais que predominam na sociedade, produzindo e reproduzindo todas as desigualdades existentes nela.

Sabemos que não é a educação que modela a sociedade mas, ao contrário, a sociedade é que modela a educação segundo os interesses dos que detêm o poder. Se é assim, não podemos esperar que a educação seja a alavanca da transformação destes últimos. Seria ingênuo demais pedir à classe dirigente no poder que pusesse em prática um tipo de educação que pode atuar contra ela. (FREIRE, 1986, p.49).

Deste modo, como diz Freire, é inútil acreditar que essa educação que oprime, exclui e marginaliza a população negra, venha corroborar com a escolarização dos mesmos em igualdade de condições com os não-negros. Seria ingênuo pensar que apenas por meio dessa educação conseguiríamos incluir os negros na sociedade, realizando uma verdadeira transformação social. Pelo contrário, o que percebemos é que essa escola ainda se prende e reforça o mito da democracia racial, na qual idealiza-se uma nação unificada e igual para todos, na qual o poder público dá um tratamento igualitário aos cidadãos, e isso é suficiente para construir e manter a sua igualdade.

Freire era contra esse tipo de educação, que aliena, oprime e exclui. Também, faz constantes alertas para a conscientização da população, não como uma imposição, mas como uma atividade exclusivamente humana a partir da sua realidade, fazendo um chamamento em favor da democratização da sociedade e da escola. Daí a defesa de uma educação como prática da liberdade, na qual superando

a visão mais ingênua pela visão mais crítica da sociedade, poderíamos dar conta dos desafios postos para uma educação adequada aos dias atuais.

Devemos compreender de modo dialético a relação entre a educação sistemática e a mudança social, a transformação política da sociedade. Os problemas da escola estão profundamente enraizados nas condições globais da sociedade, sobretudo no que diz respeito a essas questões de disciplina e alienação. (1986, p.157)

Assim, se no período imperial o negro era excluído por sua condição de escravo, após a Abolição passa a sofrer os mais diferentes tipos de discriminação, preconceito e racismo, ocultados por um manto de generosidade e igualdade de tratamento. É como Freire (1982) expõe: os opressores falsamente generosos têm necessidade que sua “generosidade” continue tendo oportunidade de realizar-se perante a injustiça, pois o que pretendem os opressores é transformar a mentalidade dos oprimidos e não a situação que os oprime.

Pelo fato do racismo ser sutil e ficar acobertado sob a idéia generalizada do Brasil como democracia racial, as ações afirmativas vêm como uma brecha para que os negros consigam inserir-se em setores da sociedade dos quais estiveram majoritariamente excluídos, e possivelmente, pensar na superação das relações dicotômicas no interior da escola.

Assim, concordando com Siss:

Não obstante, é preciso avançar, criar-se programas de políticas de ação afirmativa orientadas para afro-brasileiros em nível nacional, em todas as áreas em que as desigualdades raciais atuem como fator de seleção, (...) Nesse sentido, ousar afirmar que estaremos recriando o Brasil em bases mais democráticas. A conquista e a posse dos direitos da cidadania, bem como garantia de que os afro-brasileiros possam exercer esses direitos, de forma efetiva, ou seja, a certeza de que eles – os cidadãos e seus direitos – sejam respeitados, certamente vão requerer muito mais que a implementação de políticas de ação afirmativa entre nós. Entretanto e certamente, há que se passar por elas (2003, p. 197).

Para Siss (2003) e Brandão (2005) as ações afirmativas não se resumem às políticas de cotas, elas são um dos mecanismos para dar oportunidades efetivamente

iguais aos negros. Para que essas ações sejam realmente efetivas, há que se oferecer muito mais do que cotas nas universidades, e também garantir condições materiais para que as dificuldades possam ser superadas. Essas propostas precisam vir acompanhadas de outras medidas, como melhoria do ensino básico público, redistribuição de renda, reforma tributária, reforma agrária, etc.” (SILVA, 2003 apud BRANDÃO, 2005).

O debate sobre a questão das cotas pra ingresso nas Universidades Públicas Brasileiras segundo Brandão (2005) iniciou-se no meio da década de 1990, com ações ligadas à questão educacional, promovidas por organizações não governamentais (ONGs). A participação da delegação brasileira na Conferência de Durban, em 2001 foi um outro marco decisivo. Em 2002, o debate sobre cotas para negros reaparece com a criação da Universidade da Cidadania Zumbi do Palmares, bem como a partir de várias universidades brasileiras como a Universidade do Estado da Bahia (UFBA), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade Federal do Paraná (UFPR), que anunciaram a reserva de vagas no vestibular para alunos negros. Entre as Universidades que participam deste movimento, está também a UEPG.

O vestibular da UEPG e a implementação de políticas afirmativas

A UEPG participa desse movimento desde 2006; de acordo com a resolução da UNIV nº 9, de abril de 2006 ficou estabelecida “(...) a reserva de vagas nos processos seletivos da Universidade Estadual de Ponta Grossa para candidatos oriundos de instituições públicas e para aqueles que se autodeclararem negros”. Em 2007 então, a Universidade Estadual de Ponta Grossa, em conformidade com a Resolução da UNIV nº 9, de 26 de abril de 2006, inicia com suas primeiras turmas de cotistas. Este sistema de acordo com esta resolução deverá vigorar por um período de oito anos letivos, sendo que a cada ano aumentará em 5% para estudantes de Instituição Públicas de Ensino e 1% para estudantes negros.

Em relação ao numero de vagas, “Fica estabelecido que os percentuais aplicáveis ao sistema de cotas serão proporcionais à quantidade de inscritos por curso, na condição de estudantes oriundos de Instituições Públicas de Ensino ou de estudantes negros oriundos de Instituições Públicas de Ensino (Art. 1º, Resolução

UNIV nº 9 de 26 de abril de 2006)”, sendo de no mínimo, 10% das vagas reservadas para candidatos de Escolas Públicas e, no mínimo 5% para negros. As vagas não preenchidas pelo sistema de cotas serão remanejadas; dos negros oriundos de Instituições Públicas de Ensino para a cota de alunos oriundos de Instituições Públicas de Ensino, da cota de alunos oriundos de Instituições Públicas de Ensino para o sistema universal.

O vestibular da UEPG visa avaliar conhecimentos ministrados no Ensino Médio ou equivalente. As provas são realizadas em três etapas. Na primeira etapa, denominada prova vocacionada, as provas tem apenas três disciplinas, cuja composição depende do curso escolhido. Conforme explicita o quadro retirado do manual do candidato do 2º vestibular 2007:

GRUPO DE PROVAS	CURSO (número de questões →)	PRIMEIRA ETAPA						
		Língua Portuguesa	Matemática	História	Geografia	Física	Química	Biologia
		10	10	10	10	10	10	10
1	Administração	xxxx	xxxx	xxxx				
	Administração – Comércio Exterior	xxxx	xxxx	xxxx				
	Ciências Contábeis	xxxx	xxxx	xxxx				
	Ciências Económicas	xxxx	xxxx	xxxx				
2	Engenharia Civil	xxxx	xxxx			xxxx		
	Engenharia de Computação	xxxx	xxxx			xxxx		
	Física – bacharelado	xxxx	xxxx			xxxx		
	Física – licenciatura	xxxx	xxxx			xxxx		
	Informática – bacharelado	xxxx	xxxx			xxxx		
	Matemática – licenciatura	xxxx	xxxx			xxxx		

GRUPO DE PROVAS	CURSO (número de questões →)	PRIMEIRA ETAPA						
		Língua Portuguesa	Matemática	História	Geografia	Física	Química	Biologia
		10	10	10	10	10	10	10
3	Artes Visuais – licenciatura	xxxx		xxxx	xxxx			
	Comunicação Social – Jornalismo	xxxx		xxxx	xxxx			
	Direito	xxxx		xxxx	xxxx			
	Geografia – bacharelado	xxxx		xxxx	xxxx			
	Geografia – licenciatura	xxxx		xxxx	xxxx			
	História – bacharelado	xxxx		xxxx	xxxx			
	História – licenciatura	xxxx		xxxx	xxxx			
	Letras – licenciatura	xxxx		xxxx	xxxx			
	Música – licenciatura	xxxx		xxxx	xxxx			
	Pedagogia – licenciatura	xxxx		xxxx	xxxx			
4	Serviço Social	xxxx		xxxx	xxxx			
	Turismo – bacharelado	xxxx		xxxx	xxxx			
	Agronomia					xxxx	xxxx	xxxx
	Ciências Biológicas – bacharelado					xxxx	xxxx	xxxx
	Ciências Biológicas – licenciatura					xxxx	xxxx	xxxx
	Educação Física – bacharelado					xxxx	xxxx	xxxx
	Educação Física – licenciatura					xxxx	xxxx	xxxx
	Enfermagem – bacharelado					xxxx	xxxx	xxxx
	Farmácia					xxxx	xxxx	xxxx
5	Odontologia					xxxx	xxxx	xxxx
	Zootecnia					xxxx	xxxx	xxxx
	Engenharia de Alimentos		xxxx			xxxx	xxxx	
	Engenharia de Materiais		xxxx			xxxx	xxxx	
	Química – licenciatura		xxxx			xxxx	xxxx	
	Química Tecnológica – bacharelado		xxxx			xxxx	xxxx	

Na segunda etapa, denominada prova de conhecimentos gerais, todos os candidatos fazem a mesma prova e as questões da língua estrangeira optando por: inglês, ou espanhol, ou francês.

Na terceira etapa os candidatos fazem a prova de redação, para demonstrar a capacidade de compreensão de textos e de expressão escrita. Para a prova de redação são apresentados, no mínimo, dois temas como proposta, dentre os quais, por livre escolha, o candidato deverá desenvolver apenas um.

O quadro retirado do manual do candidato do 2º Vestibular de 2007 da UEPG expressa estas etapas:

ETAPA	CONTEÚDOS	NÚMERO DE QUESTÕES	VALOR DA ETAPA	DURAÇÃO
1ª	Língua Portuguesa	10	1.800 pontos	3 horas
	Matemática	10		
	Física	10		
	História	10		
	Geografia	10		
	Química	10		
	Biologia	10		
2ª	Conhecimentos Gerais	26	1.560 pontos	2h30min
	Língua Estrangeira	04	240 pontos	
3ª	Redação	--	400 pontos	2 horas

(Manual do candidato do 2º Vestibular de 2007 da UEPG, p. 36)

O processo classificatório é realizado separadamente para cada curso, turno e local ofertado, sendo que, serão eliminados os candidatos que zerarem em qualquer uma das três etapas ou não atingirem a pontuação mínima na prova vocacionada, estabelecida para seu curso, turno e local ofertado. A pontuação mínima da prova vocacionada é estabelecida por meio de uma média aritmética simples da pontuação alcançada pelos candidatos que tenham realizado a prova e que não tenham sido eliminados.

A classificação final é calculada separadamente para cada modalidade ofertada, de acordo com as opções declaradas pelos candidatos no ato de sua inscrição no vestibular, obedecendo à regulamentação específica relativa às cotas para candidatos negros oriundos de escolas públicas, candidatos oriundos de escolas públicas e, universal quando o candidato não se encaixar em nenhuma das modalidades do sistema de cotas.

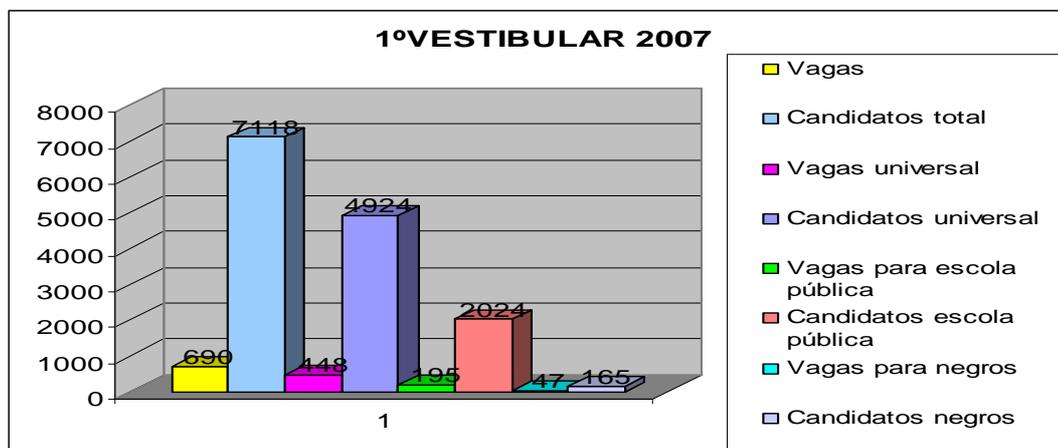
Vestibular UEPG e os Cotistas

Em 2006, a UEPG ofereceu 45 cursos no primeiro vestibular, totalizando 690 vagas. No segundo vestibular, incluiu Química Tecnológica – bacharelado, ofertando assim, 46 cursos e um total de 759 vagas.

No primeiro vestibular de 2006 da UEPG, houve 7118 inscritos para 690 vagas, desses 7118, 2024 eram candidatos oriundos de escolas públicas e apenas 167 candidatos negros oriundos de escolas públicas; apenas 242 candidatos entraram pelo sistema de cotas, sendo 47 (6,8%) candidatos negros oriundos das

escolas públicas e 195 (28,3%) candidatos oriundos das escolas públicas. Como podemos observar no gráfico 1:

GRÁFICO 1



Fonte: Dados da Comissão Permanente de Seleção - UEPG

O gráfico 1 indica uma primeira conclusão: apesar do sistema de cotas da UEPG permitir uma participação maior no número total de candidatos dos candidatos cotistas, fica evidente que essa alternativa foi procurada por um número relativamente pequeno de egressos do ensino público ou negros. Nesse sentido, pode-se afirmar que, no primeiro ano do sistema, não foi plenamente atingido o objetivo de estimular a presença desses alunos no concurso, uma vez que os optantes por essa modalidade foram, respectivamente 28,5% dos candidatos optaram pela cota 2 e 2,3% pela cota 3. As razões para isso podem ser hipoteticamente atribuídas a diversos fatores, como, por exemplo, a falta de informação sobre o sistema, os efeitos do preconceito e a pressão social sobre os cotistas¹, mas isso só pode ser aprofundado com pesquisas posteriores, tanto quantitativas quanto qualitativas.

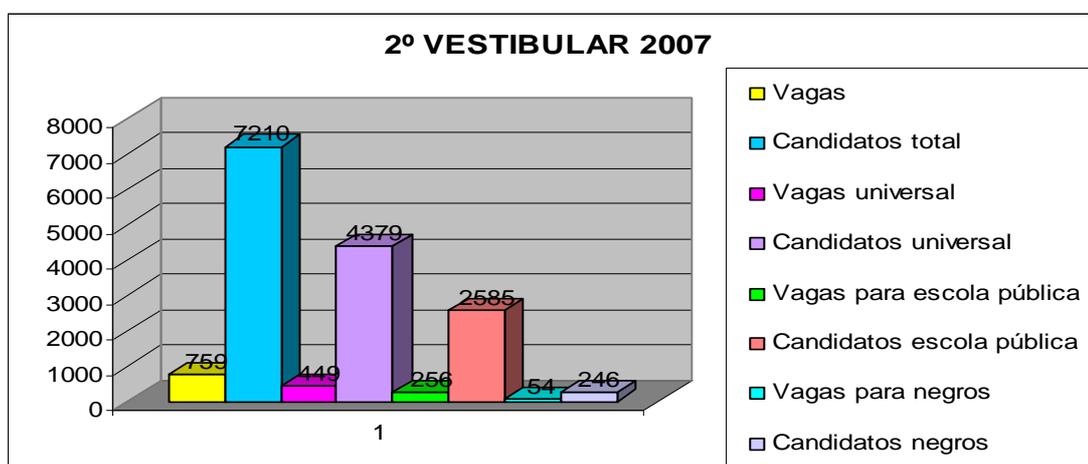
Dos cursos ofertados no primeiro vestibular da UEPG, 7 cursos não tiveram candidatos na cota para negros. Em apenas 9 cursos existiram 2 cotistas negros aprovados, e esse foi o número máximo. Nos demais 29 cursos houve apenas a ocupação de 1 vaga por candidato cotista negro.

¹ Uma amostra disso está no texto seguinte, retirado da comunidade do Orkut "COTAS NÃO UEPG": "agora quem estuda a vida toda, se dedica, chega na hora e perde a vaga pra um vagabundo..."; "aqui eh pros cara q naum passaram por causa desses nego caipora" e "se fossem mais inteligentes os brancos seriam os escravos".

Dentre os cursos mais procurados pelos cotistas negros no primeiro vestibular 2006 da UEPG estão Direito – noturno com 14 candidatos, seguido de Administração – noturno com 12 candidatos e Direito – matutino com 10. Os demais cursos ofertados atingem uma população inferior a 10 candidatos.

No segundo vestibular da UEPG, houve 7210 candidatos; destes, 2585 eram candidatos oriundos de escolas públicas e 246 eram candidatos negros oriundos de escolas públicas; das 759 vagas oferecidas pela UEPG, 54 (7,1%) destinaram-se a candidatos negros oriundos de escolas públicas e 256 (33,7%) a candidatos oriundos de escola pública, totalizando 300 vagas para cotistas. Como se observa no gráfico 2:

GRÁFICO 2



Fonte: Dados da Comissão Permanente de Seleção - UEPG

Dos cursos ofertados no segundo vestibular 2006 apenas Ciências Biológicas – Licenciatura, vespertino e Matemática – Licenciatura, integral não ofertaram vagas para cotistas negros, em 10 cursos ofertaram o máximo de 2 vagas para candidatos negros oriundos de escolas públicas e 1 vaga para estes candidatos nos demais cursos.

Dos cursos ofertados no segundo vestibular 2006 da UEPG, dentre os mais procurados por cotistas negros estão Direito – noturno com 25 candidatos, Pedagogia – noturno com 17 e Ciências Contábeis – noturno com 15 inscritos, os demais cursos a procura é inferior a 15 candidatos.

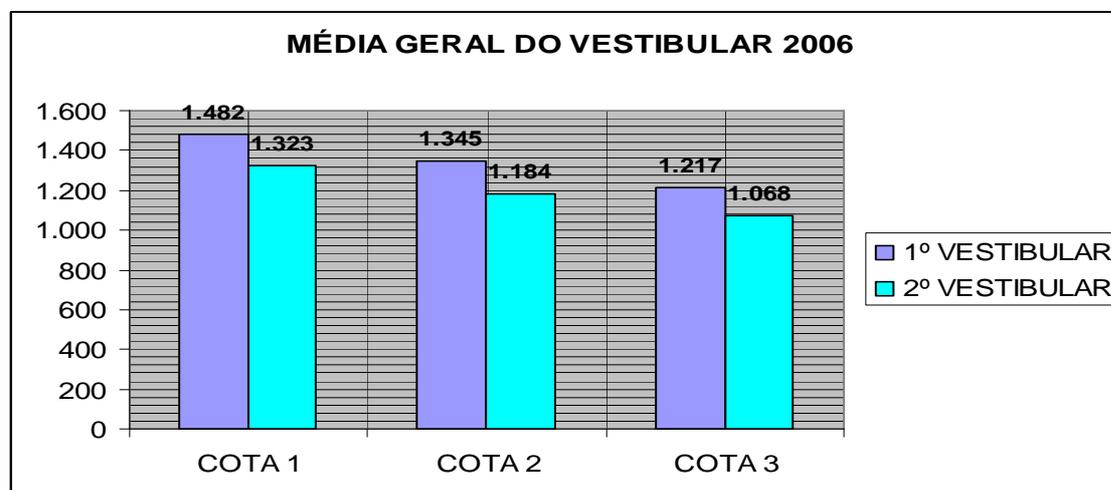
Pode-se observar que a participação dos alunos negros e oriundos de escola pública, no vestibular da UEPG, em 2007, aumentou do primeiro para o segundo vestibular. Ainda assim, esta participação é pouca e restrita. Isso é ainda mais grave

na medida em que o sistema de cotas da UEPG é inovador por estabelecer índices mínimos para as cotas, mas não estabelece porcentagens máximas, ou seja, a cota é estabelecida, a cada concurso, pela demanda da população pela cota. Entretanto, o sistema da UEPG amplia a porcentagem mínima de vagas destinada a cada cota, com medidas como o artigo 6º. da Resolução da UNIV n°. 9 de 26 de abril de 2006², tem se expectativa que essa participação aumente gradativamente, na medida em que o piso de vagas reservadas também aumente.

O desempenho acadêmico dos cotistas no vestibular 2006

Observando o desempenho geral dos candidatos do vestibular 2006, verifica-se que a diferença das médias dos alunos de escola pública com relação aos candidatos universais é relativamente pequena entre a “cota” universal e a “cota” escola pública, aumentando a diferença no que tange aos cotistas negros, como observa-se a seguir.

GRÁFICO 3



Fonte: Dados da Comissão Permanente de Seleção - UEPG

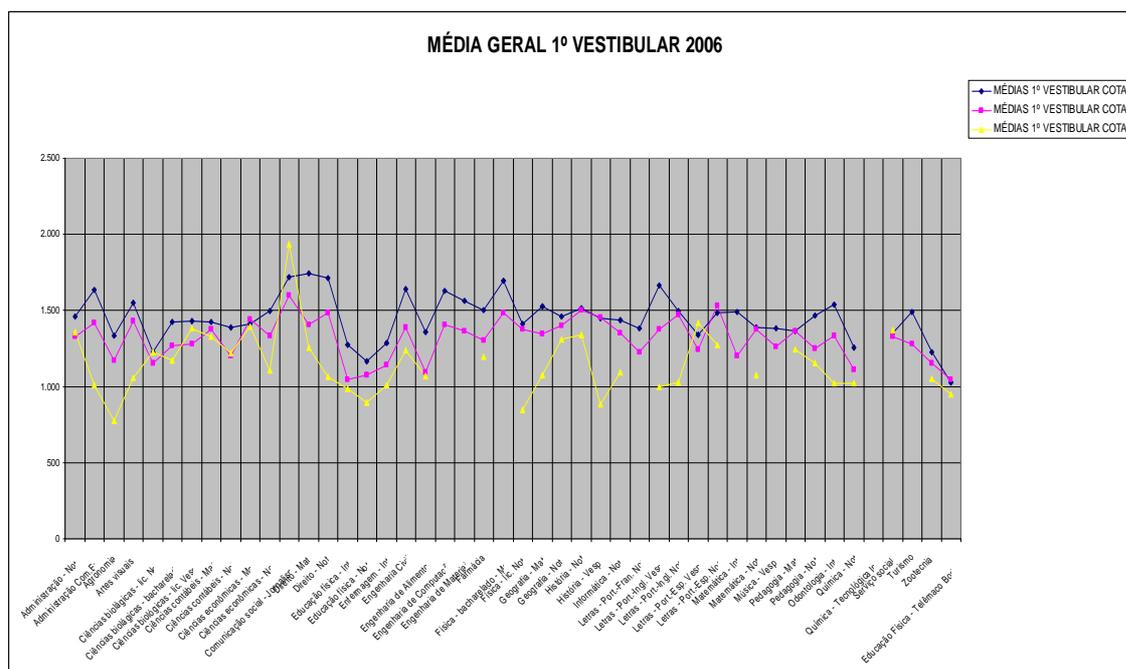
Outro dado importante que se deduz desse gráfico é que a diferença média entre as pontuações dos cotistas diminuiu, não porque os candidatos a cota de

² Resolução UNIV n.º 9 de 26 de abril de 2006: Art. 6º Dentro do prazo fixado no art. 5º, os limites mínimos definidos no § 1º do art. 1º serão aumentados: I- 5% a cada ano para estudantes oriundos de Instituições Públicas de Ensino; II- 1% a cada ano para estudantes negros oriundos de Instituições Públicas de Ensino.

negros tenham melhorado sua pontuação, mas porque os demais fizeram menos pontos. Observe-se ainda que também caiu a diferença da cota universal em relação à cota de escola pública. Resta saber se esse fenômeno é linear, ou seja, se a diferença continuará a se reduzir no futuro ou se essa diferença entre o primeiro e o segundo vestibular é um fenômeno constante ao longo do tempo.

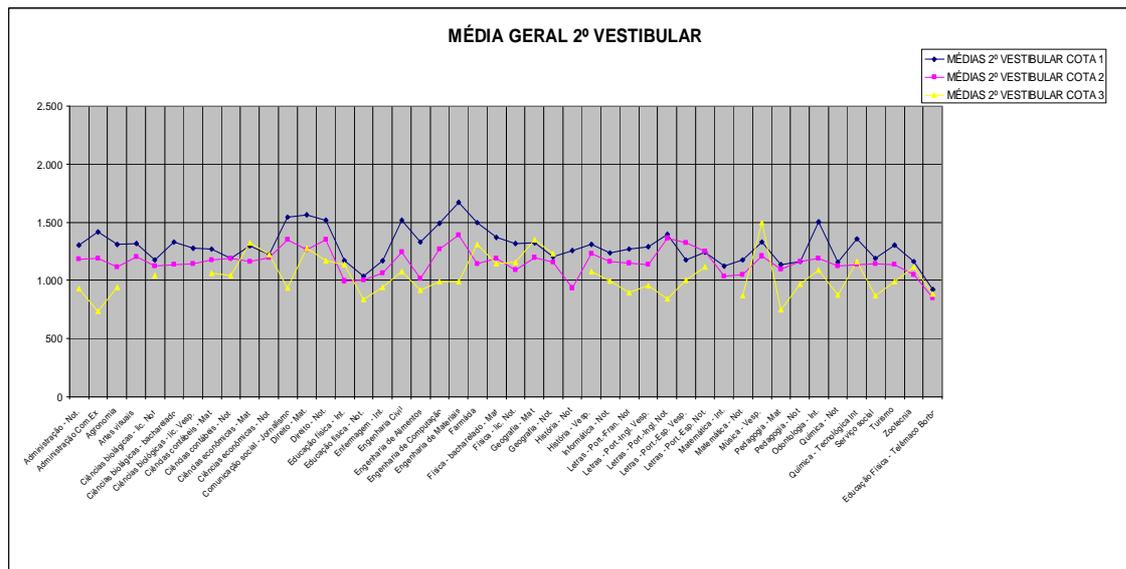
Constata-se que em todos os cursos, nos dois vestibulares houve candidatos inscritos para as vagas de alunos oriundos de escola pública. Entretanto, nas vagas reservadas para alunos negros, não houve candidatos inscritos em 12 cursos. Pode-se observar também que a média geral do 1º vestibular é maior que a do 2º vestibular:

GRÁFICO 4



Fonte: Dados da Comissão Permanente de Seleção - UEPG

GRÁFICO 5

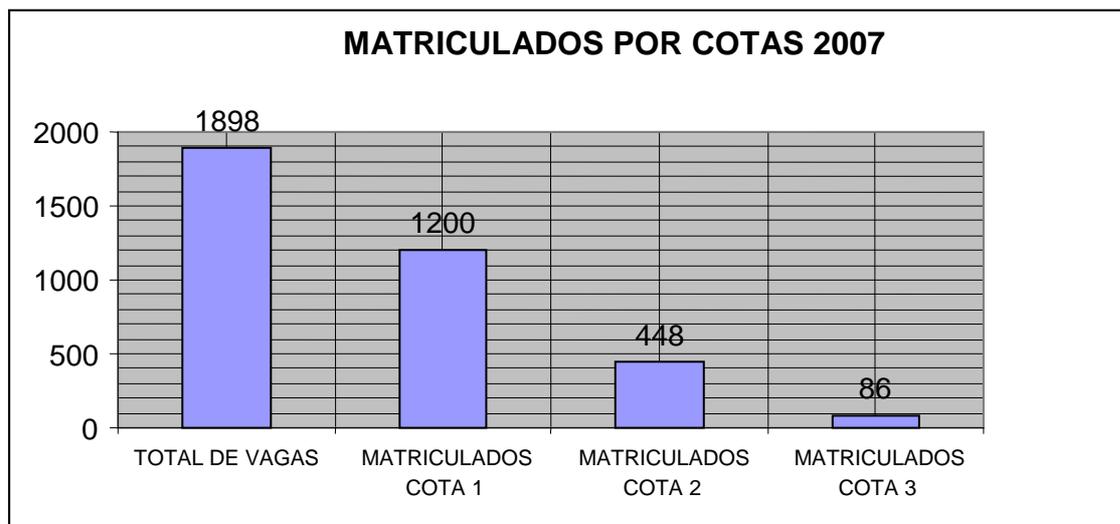


Fonte: Dados da Comissão Permanente de Seleção - UEPG

Pode-se destacar, portanto, que em 30 cursos, a ordem de médias, da maior para a menor, é 1 – 2 – 3. Em 10 cursos ela inverte-se para 1– 3 - 2. Em 2 cursos, a ordem é 2- 1- 3 . Em 4 cursos a ordem é 3 – 1 – 2.

Eficácia do sistema de cotas

GRÁFICO 6



Fonte: Dados da Comissão Permanente de Seleção - UEPG

O gráfico 6 mostra-nos o universo dos matriculados por cotas nas UEPG, excluindo os alunos que ingressaram pelo PSS³, isso explica a diferença de 164 matriculados. As vagas não preenchidas pelo PSS, são automaticamente passadas para cota 1.

O gráfico 6 também explicita que os sistema de cotas atingiu a cota 1 em 30%, pois do total de vagas, 24% foi preenchido com as vagas para estudantes oriundos de escola pública e 5% com alunos negros e oriundos de escola pública.

Naturalmente, apesar de o desempenho acadêmico nas provas do Vestibular ser um ponto admissível do desempenho futuro do aluno na Universidade, ele não é o único e, provavelmente, nem o mais importante. Fatores como motivação e comprometimento pessoal, afinidade com o curso, experiências de vida e condições objetivas de acompanhar o curso e estudar são seguramente mais relevantes e expressivos que as notas obtidas no Vestibular. Por isso, é fundamental que a Universidade estabeleça uma política de acompanhamento e apoio, tanto acadêmico quanto material, que possibilite aos alunos eventualmente menos preparados uma competência compatível com a dos seus colegas de curso.

Analisando uma amostra de 6 cursos⁴, é possível notar que, na ausência do sistema de cotas, os alunos que inscreveram-se na cota 1 (ou seja, sem apoio de nenhuma das políticas afirmativas) seriam beneficiados conforme as proporções apresentadas a seguir.

No curso de Agronomia, das sessenta vagas, quarenta e uma foram preenchidas com a cota 1, onze com a cota 2 e quatro com a cota 3. Entretanto, dos sessenta mais bem classificados no vestibular, doze são de escola pública. Sem as cotas, três candidatos da cota universal seriam beneficiados, ou seja, as cotas permitiram o acesso 25% de alunos da cota 2 e 3.

No curso de Administração - Comércio Exterior, das quarenta vagas, vinte e nove foram preenchidas com a cota 1 e oito com a cota 2, sem candidatos matriculados na cota 3. Entretanto dos 40 mais bem classificados no vestibular, dois

³ O PSS se constitui numa modalidade alternativa para ingresso no ensino superior, através do acompanhamento do desempenho do aluno nas três séries do ensino médio (Provas de Acompanhamento I, II e III). A UEPG reserva 25% das vagas ofertadas em seus cursos de graduação para esse sistema de seleção. A escolha da graduação ocorre na terceira etapa do processo (prova de Acompanhamento III). Para habilitar-se às vagas ofertadas, o candidato precisará ter pontuação média, nas três etapas do sistema, igual ou superior a 50%.

⁴ Foram selecionados seis cursos, um por setor da UEPG, sendo que estes apresentam o maior desvio padrão da cota 3 com relação a cota 1.

são de escola pública, ou seja, sem as cotas apenas 6 candidatos da cota universal seriam beneficiados. Assim as cotas permitiram o acesso de oito candidatos pela cota 2, o que representa 20% das vagas.

No curso de Direito Noturno, das setenta vagas, quarenta e duas foram preenchidas com a cota 1, treze com a cota 2 e quatro com a cota 3. Contudo dos setenta mais bem classificados, sete são de escola pública. Assim, somente seis candidatos da cota universal seriam beneficiados sem a política afirmativa, mas com ela os candidatos das cotas 2 e 3 foram beneficiados: dezessete candidatos, o que representa 2,4%.

No curso de Física – Noturno, das trinta vagas, vinte foram preenchidas com a cota 1, nove com a cota 2 e uma com a cota 3. Dos trinta mais bem classificados, nove são de escola pública, ou seja as cotas não interferiram para os candidatos da cota 1 e cota 2. Para os candidatos pela cota 3, entretanto, o sistema de cotas foi decisivo, pois este candidato não entraria sem o mesmo.

No curso de Letras - Português/Inglês - Noturno das vinte e quatro vagas, doze foram preenchidas pela cota 1, nove pela cota 2 e um com a cota 3. Dos vinte e quatro candidatos mais bem classificados no vestibular, doze são de escola pública. Neste caso o sistema de cotas foi decisivo para a cota 3, não interferindo na cota 1 pois o próximo candidato que entraria seria da cota 2.

No curso de Odontologia, das 60 vagas ofertadas, mais da metade foi ocupada pela cota 1, com trinta e cinco alunos, sete alunos da cota 2 e três alunos da cota 3. Dos sessenta mais bem classificados, 2 são de escola pública, ou seja, sem as cotas apenas dois candidatos da cota universal seriam beneficiados. Com o sistema de cotas, 10 candidatos negros e oriundos de escola pública puderam ingressar nesse curso.

Finalmente, cabe observar que os dados analisados neste texto referem-se ao primeiro resultado dos Vestibulares 2007 da UEPG, sem levar em consideração as matrículas não efetivadas, por qualquer motivo, nem as efetivadas por força de convocações adicionais ou por determinações judiciais e, excluindo também o universo dos alunos que optaram pelo PSS. Certamente, estudos posteriores sobre o desempenho dos alunos, cotistas e não-cotistas, nos cursos da Universidade, deverão levar em conta essas alterações.

O principal efeito do sistema de cotas foi possibilitar o acesso à Universidade de uma porcentagem de alunos negros e de escola pública, porcentagem essa que seria cerca de 15% menor caso o sistema de cotas não tivesse sido implantado.

O dado característico do sistema da UEPG é a sua regulação pela demanda, o que impõe alterações que, embora sejam visíveis, são bastante graduais. O outro lado dessa moeda é que, em sua primeira edição, o sistema não foi alvo de nenhuma ação judicial, uma vez que todas as ações referiam-se a recursos por problemas de documentação ou de homologação de matrícula, e não a eventuais prejuízos hipoteticamente acarretados a indivíduos.

Uma fronteira seguinte para esta pesquisa é a da adaptação dos alunos cotistas à universidade, suas representações e as representações de seus colegas sobre a vivência do sistema implantado, ao longo dos anos do curso. Um primeiro indicativo é que, mesmo com os efeitos positivos da universalização do acesso à universidade, sobretudo entre os negros mais pobres, são observáveis as discriminações múltiplas que os negros sofrem: de classe, de gênero e de raça, principalmente no interior da mesma. Isso fica evidente em conversa com alunos negros cotistas falando sobre sua entrada na universidade:

“A gente já vem, tipo assim, desde piazinho, meio se acostumando com esse preconceito né... então você já sabe que vai ter do mesmo jeito, no mesmo lugar... e vai embora, e vai desde pequenininho tirando de letra...”.

“Eu tive sim dificuldades no começo sabe... até mesmo professores que falavam, alguns professores se manifestavam, e alguns alunos também faziam comentários, diziam que a gente tinha entrado por cotas, porque em outras palavras, que a gente era burro, que a gente não ia conseguir acompanhar o curso (...).”⁵

É notável nos depoimentos que o preconceito e a discriminação estão presentes nas relações entre diferentes atores universitários. Apesar disso, mesmo o Brasil tendo esse racismo camuflado, suas causas muitas vezes indetectáveis, seus efeitos e resultados são bastante visíveis e, embora esse racismo possa ser descrito, num certo sentido, ele se refere mais às operações anônimas de discriminação em organizações, profissões, ou até mesmo sociedades inteiras. Desta forma as ações

⁵ Gravação de entrevista coletiva com alunos cotistas negros promovida pela Comissão de Avaliação da Implementação da Política de Cotas da UEPG, ocorrida em 27 de Setembro de 2007.

afirmativas são medidas que, entre outras, resultam na verdadeira democratização da sociedade, mas que ainda encontram-se em fase de implementação e aperfeiçoamento, tem muito a ser problematizadas e melhoradas, pois concordando com Candau (2007) “A diferença na universidade ainda é mais um esbarrão do que um encontro”.

LUIS FERNANDO CERRI

Possui graduação em História pela Universidade Estadual de Campinas (1992), mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1996) e doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2000). Atualmente é professor titular da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Tem experiência na área de História, com ênfase em História, atuando principalmente nos seguintes temas: história - estudo e ensino, identidade social, ensino de história, formação de professores de história e nacionalismo. Atualmente é um dos coordenadores nacionais do GT de Ensino de História e Educação da ANPUH e presidente da Associação Nacional de História - Seção Paraná.

SABRINA PLÁ

Possui graduação em Pedagogia, com ênfase em Gestão e Séries Iniciais e Especialização em Educação Científica e Tecnológica. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Ensino-Aprendizagem. Atualmente é mestranda do Programa de Pós-Graduação-Mestrado em Educação da UEPG.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO. C. da F. **As Cotas na Universidade pública Brasileira: será essa o caminho?** São Paulo: Autores Associados, 2005.
- CANDAU. V. M. “A diferença na universidade ainda é mais um esbarrão do que um encontro”. In: GARCIA, R. L. ZACCUR, E. (orgs.). **Cotidiano e diferentes saberes**. Rio de Janeiro: DP&A, 2007; p. 41 - 58.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 11ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- _____; SHOR, I. **Medo e ousadia - o cotidiano do professor**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- UNIVERSIDADE Estadual de Ponta Grossa. **Resolução UNIV nº. 9**, de 26 de abril de 2006.

SISS, A. **Afro-brasileiros, cotas e ação afirmativa: razões históricas.** Rio de Janeiro: Quartet, Niterói: PENESB, 2003.